

DE AGRICULTORES A QUILOMBOLAS: A TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MATO DO TIÇÃO E A SUA LUTA PELA POSSE DA TERRA¹

Djalma Antonio da Silva²

Filiação institucional: UFMG – NUQ

Resumo

Esta proposta de trabalho sobre o processo identitário de uma comunidade remanescente de quilombo, denominada Mato do Tição, no Município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais, pretende, por meio dos relatos orais dos moradores, compreender a gênese desse grupo étnico e a sua trajetória de dificuldades e também de alegrias. Tem o objetivo, ainda, de analisar como se dá a passagem da identidade agrícola à quilombola, que atualmente está sendo gestada por esse povo.

Palavras-chave: quilombos, terra, identidade.

1 Introdução

Com a descoberta do ouro no século XVIII, o Estado de Minas Gerais foi palco da presença de um grande número de negros escravizados³, especialmente nos locais onde se concentravam as grandes minas do preciso metal. Ao redor dessas lavras, surgiram vários povoados, muitos deles, hoje, considerados cidades históricas. As poucas fazendas existentes na época também eram espaços para uma grande presença da mão-de-obra escrava. Muitas foram as fugas e, conseqüentemente, muitos foram os quilombos no Estado (GUIMARÃES, 1996; REIS, 1996).

Este artigo faz parte de uma pesquisa etnográfica que estou desenvolvendo na comunidade quilombola do Mato do Tição, município de Jaboticatubas-MG, a partir da

¹ - Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1º e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² - Membro do Núcleo de estudos Quilombolas e populações tradicionais da UFMG (NUQ/UFMG) Dr. Em antropologia.

³ - Para aprofundar esse tema, sugiro a consulta aos seguintes autores: SOUZA, 1986; LUNA, 1981; SILVA, 2005; RAMOS, 1996; JOSÉ, 1993 (veja a bibliografia no final deste trabalho).

memória social do grupo em questão. O objetivo da pesquisa é reconstruir a trajetória de um passado de luta contra a perda de suas terras, relatar casos de discriminação e também atitudes de resistência. Fechados se em si mesmos, eles conseguiram preservar suas antigas tradições e se afirmar identitariamente.

Com o evento da promulgação da Constituição Federal em 1988, em que o artigo 68 das Disposições Transitórias prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos quilombolas, surgem novos atores políticos, com novos interesses sociais. A conscientização social e política desses atores vem do contato com pesquisadores, principalmente antropólogos que freqüentam a vila, e da participação daquele povo nos movimentos sociais e nas comunidades de base.

De agricultores meeiros ou diaristas, descobriram o seu ser quilombola e passaram a reivindicar os seus direitos a partir dessa nova categoria. Este trabalho tem por objetivo, por meio dos dados orais, demonstrar como se deu a passagem de uma identidade de agricultores a uma de remanescentes de quilombos nesse grupo étnico.

O presente artigo visa também a analisar os conflitos internos, provenientes de uma nova identidade que está sendo gestada no seio da comunidade, especialmente no que toca à mudança de paradigma de valores. As novidades introduzidas pelos jovens que se chocam com costumes que os mais velhos tinham como absolutos.

2 O primeiro contato

Tomei conhecimento da comunidade⁴ do Mato do Tição em 2004, quando me encontrei pela primeira vez com o senhor Lindomar de Siqueira em uma Assembléia de Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais. Ele convidou-me para uma visita à sua comunidade. Marcou a data e o evento: 23 de junho, noite de São João, tradicional festa do povoado. Frisou que, nesse evento, o seu povo recebia muitos visitantes vindos de Belo Horizonte, Contagem e de outras cidades de Minas Gerais e até de outros estados do Brasil. Comentou também que, nessa celebração, as pessoas atravessavam a tradicional fogueira de São João, pisavam as brasas incandescentes sem se queimarem. As rezas pronunciadas eram em latim, e as cantorias e os batuques animavam esse tempo de celebração. A comunidade pertence ao Município de Jaboticatubas-MG e fica a 6 Km da sede.

⁴ Essa designação foi emitida de fora para dentro. Porém uso aqui o conceito de Comunidade do Mato do Tição por ser uma autodefinição do próprio grupo étnico do Mato do Tição.

Guardei essas informações e visitei a comunidade no dia da tradicional festa. Constatei que realmente havia muitos carros e grande circulação de pessoas. Muitos turistas faziam fotos dos habitantes locais, filmavam a fogueira, os batuques. Outros, com seus gravadores, entrevistavam os moradores ou anotavam as observações em um caderno ou folha solta. Percebi que muitos desses visitantes eram pós-graduandos em Ciências Sociais. É o que Cardoso de Oliveira (1998, p. 18) chama das três etapas de compreensão do fenômeno social: olhar, ouvir e escrever. Não sei o que esses pesquisadores escreveram posteriormente sobre o Mato do Tição, pois não tive acesso a nenhum dos textos. A curiosidade dos pesquisadores e a ânsia deles em obter o máximo de esclarecimentos dos habitantes do quilombo eram grandes. Os que davam as informações se sentiam valorizados em poder falar da própria cultura para pessoas ligadas a uma instituição de ensino, no caso, a universidade. Antes não eram ouvidos pelos seus vizinhos não quilombolas, hoje falam a universitários. Essa atitude contribui para valorizar a comunidade e aumentar a auto-estima de seus membros. Descubrem que têm valores porque são ouvidos pelos que vêm de fora. “Eles nos valorizam, também nós temos que nos valorizar mais”, é o que relatou mais tarde o presidente da associação, Lindomar João dos Santos.

A festa continuou movimentada. Foi quando os olhares se voltaram para a porta de uma casa, toda enfeitada de bandeirinhas. Todos se silenciaram. Só se ouvia a voz de uma senhora idosa vestida de branco. Ela era acompanhada de mais senhoras e senhores idosos. Saía da casa, trazendo nas trêmulas mãos um quadro de São João Batista. Todos rezavam e cantavam em latim. Foram até o meio do pátio, onde se encontrava o mastro enfeitado de fitas coloridas. Ali os cantos se intensificaram, animados pelos sons dos instrumentos de percussão tocados por jovens. Eram vozes de homens e mulheres que agora misturavam vários idiomas: latim, português e uma língua africana. Eles cantavam em louvor a Nossa Senhora e a São João. Em seguida, a imagem do santo foi levantada. As pessoas mais velhas ainda continuaram cantando e rezando em torno do mastro. Do outro lado do pátio, a fogueira estava acesa, e várias pessoas começaram a atravessá-la a pés descalços. Não se queimavam. Primeiro foram os de dentro da comunidade. Depois de algum tempo, alguns visitantes criaram coragem e também passaram sobre as brasas. Segundo um informante, é preciso muita concentração antes da passagem, senão há o risco de queimarem-se os pés.

Ao voltar para a casa, comecei a me perguntar o porquê daquele fluxo de pessoas naquela festa. O que os atraía? Eram os rituais religiosos? Os cantos em latim? O atravessar a fogueira a pés descalços? Duas semanas depois, voltei à comunidade. Não havia festa. A vila já tinha voltado à sua vida cotidiana. Tive mais tempo para conversar com Lindomar, coordenador do quilombo. Perguntei a ele o que atraía tanta gente para aquele lugar. Ele me

respondeu que a propaganda era feita boca a boca, e eles tinham também um sítio eletrônico na internet. Nessa visita, não lhe perguntei muito sobre a trajetória da comunidade, apenas algumas questões sobre a festa de São João. Como ele insistia muito em falar de visitantes, cheguei a pensar na possibilidade de turismo étnico. Até cheguei a montar um pré-projeto de pesquisa sobre o turismo étnico no quilombo do Mato do Tição. Depois dessa conversa, porém, passei um ano sem visitar o povoado.

Nesse período em que estive longe da comunidade, retomei com Lindomar as minhas conversas sobre o turismo. Surpreendi-me com a sua fala, que questionava a presença de várias pessoas no dia da maior celebração da comunidade, a festa de São João. Disse que muitos iam à festa sem respeitar o espaço sagrado da comunidade. Faltava respeito. As pessoas falavam demais e não havia concentração. Segundo Lindomar, antigamente ninguém queimava os pés ao passar pela fogueira, mas, nos últimos anos, registraram-se alguns casos de pessoas que se feriam ao pisarem nas brasas. Acrescentou ainda que essa festa vem desde os tempos dos antepassados, e que eles, os mais jovens da comunidade, tinham de dar continuidade à tradição que foi passada de pai para filho. Essa preocupação de Lindomar me chamou atenção e me despertou para um questionamento que ia muito além do turismo étnico. Comecei a interessar-me pela gênese da comunidade e a sua trajetória. A partir daí, conduzi a minha pesquisa de campo para captar a história desses quilombolas a partir das lembranças que eles tinham sobre si mesmos. Ao trabalhar com o recurso da memória em Antropologia, Terezinha Bernardo (1998, p. 29-30) afirma:

Esse recurso metodológico permite, talvez, melhor que qualquer outro, não apenas lidar com a dimensão subjetiva do vivido, mas também com as teias de significações que urdem as vidas dos sujeitos.

Para captar o passado vivido pela comunidade, a fala com os mais velhos foi de fundamental importância. Pelas narrativas desses guardiões do saber, bibliotecas vivas, que é um passado vivido, mas não escrito, veio à tona. A lembrança de um passado de alegrias e tristezas, conquistas e derrotas vividas pela comunidade. O que eles são hoje é fruto dessa trajetória. Uma história que não está escrita nos livros, mais sim nas vidas desses sujeitos históricos. Ao lembrar e contar suas histórias de vida, eles confirmam quem são, de onde vieram e por que se encontram naquele território. Muitas coisas que não foram ditas podem aparecer nas entrelinhas quando essas pessoas param para lembrar e contar. Por essa razão, Terezinha Bernardo (1998, p. 30) afirma:

No entanto, o recurso à memória pode possibilitar muito mais, à medida que permite descortinar situações conflituosas, discriminações, jogos de poder entre pessoas e grupos sociais e processos como o de

construção de identidades, uma vez que a memória e identidade se encontram imbricadas. Isso significa que o processo de memorização possibilita reconstruir e redefinir continuamente as identidades tanto individuais quanto coletivas.

Usei a técnica de história de vida como recurso metodológico para o levantamento dos dados sociais da comunidade. É pela história oral que tento fazer a ligação entre o passado e o presente desse povo. É “Reconstruir através da memória os espaços vividos por ele para constatar as mudanças do presente” (SILVA, 2005, p. 30). É como afirma Thomson (1997, p. 57): “A memória gira em torno da relação passado-presente e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas em função das mudanças dos relatos públicos sobre o passado”. No contexto dos moradores do Mato do Tição, não existe nenhum documento oficial que narre os conflitos fundiários vividos por eles. Há apenas algumas notas sobre sua manifestação cultural, como a festa de São João. Por essa razão, o recurso à memória se torna de fundamental importância para a apreensão de seu passado histórico. Nesse sentido, Michael Pollak (1992, p. 204) diz:

[...] Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade [...] a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida, referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta ao outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Os autores acima citados apresentam o acesso à memória como um importante meio para se obter informações objetivas ou subjetivas de grupos sociais que não têm suas histórias escritas. Por meio da oralidade, a revelação desse passado “desconhecido” pode ser de fundamental importância para o reforço da identidade da comunidade e de seus membros. É como afirma Maristela de Paula Andrade (2003, p. 42), falando sobre descendentes de escravos:

[...] A oralidade cumpre um papel todo especial no sentido de manter a identidade do grupo. Como todo grupo étnico, guarda regras de pertencimento, de inclusão e exclusão: sabem exatamente os limites de seu território, conhecem a histórias dos ancestrais, como demonstram os vários estudos etnográficos que têm sido realizados sobre distintas situações, nos quais se pode verificar a importância da oralidade, o peso das crenças religiosas para a construção de uma lógica jurídica camponesa, o lugar das festas nesse tipo de sociedade. Enfim, como pensar que esses grupos não se auto-estimam, não têm sentido de pertencimento?

O ato de conhecer a si próprio aumenta a auto-estima como indivíduo e como grupo social porque, conhecendo melhor suas origens, tem mais possibilidades de organizar-se como grupo social, cultural e político. “O ato de narrar em grupo, nas comunidades de remanescentes, cria um espaço sociopolítico onde o grupo pode exercitar a memória para lembrar e, lembrando, revive o passado e se organiza para a obtenção de uma vida digna” (SILVA, 2005, p. 50).

Para a coleta de dados, utilizei o gravador. As pessoas por mim entrevistadas não apresentaram nenhum problema de falar de suas vidas, mesmo sabendo que se gravava. Em minha opinião, isso se deve à confiança depositada em minha pessoa, pelo fato, de alguns anos pra cá, ter caminhado com eles e me fazer presente na comunidade para um bate-papo, um cafezinho e até mesmo para assessorá-los em momentos de necessidades. As gravações que tenho são resultados de quatro anos de visitas à comunidade e estão ainda em processo. Cada vez que vou ao Mato do Tição e o assunto que estamos conversando se refere ao cotidiano ou à história de pessoas ou do grupo, peço licença para gravar. O gravador me tem sido útil para captar detalhes da fala dos sujeitos por mim entrevistados. Detalhes que eu não teria condições de captar se estivesse anotando a entrevista. Estou de acordo com Renato Queiroz (1983, p. 45) quando diz que:

[...] A técnica mais adequada seria a da entrevista com o gravador, pois este mecanismo permite apanhar com fidelidade os monólogos do informante, ou o diálogo entre o informante e o pesquisador, guardando-os em seguida por longo tempo, isto é, por todo o tempo em que a fita se mantiver intacta.

Através de suas histórias de vida narradas oralmente, as pessoas que as contam são obrigadas a exercitar a memória, pois a fonte da memória são pessoas concretas que têm um passado, vivem no presente e projetam um futuro. São geralmente pessoas que se encontram à margem da cultura da escrita. Ao relembrares o passado, elas podem recuperar algo de suas vidas que parecia estar perdido em algum lugar, mas que não se sabia como, quando e onde encontrar.

3 As origens da comunidade do Mato do Tição

Não existe uma precisão sobre as origens do quilombo do Mato do Tição. Uns dizem que os negros já habitavam aquele espaço, juntamente com os índios, há quase 200 anos. É uma história de contradição como é a de tantos outros grupos sociais que foram

historicamente marginalizados e não puderam escrever as suas vidas por não terem acesso à escola. A trajetória desses povos não é linear, é fragmentada, e é preciso juntar os trechos das narrativas contadas por uns e por outros para se compreender o todo. No final, os dados se encaixam porque todos falam das mesmas coisas, mas de maneira diferente. Todos os habitantes descendem do mesmo fundador ou fundadora e narram aquilo que ouviram de seus antepassados.

Segundo a Dona Nilce de Siqueira, 65 anos, a comunidade foi fundada por uma ex-escrava chamada Ludovina Maria da Conceição, que recebeu as terras situadas à margem direita do córrego, e Rita Basílio, que recebeu as terras à margem esquerda. A primeira era escrava da Fazenda do Capão Grosso, e a segunda, da Fazenda do Cipó Velho. Ambas foram compradas por um fazendeiro muito rico chamado Sebastião Fernandes, proprietário da Fazenda de Baixo. Todas essas fazendas eram vizinhas. As duas se tornaram escravas desse senhor e para ele trabalharam muitos anos.

De acordo com o Sr. Dante Isaías Siqueira, 85 anos, o território onde está situada a comunidade do Mato do Tição outrora era habitado por índios e negros forros. Com a Lei Áurea, em 1888, o fazendeiro Sebastião Fernandes doou parte das terras para as suas ex-escravos, Ludovina e Rita. Segundo a história, Ludovina tinha a pele mais clara, certamente era parda. Pelo que parece, a doação foi feita por uma situação prática. O fazendeiro precisava de mão-de-obra para dar continuidade às atividades de sua fazenda. E os seus ex-escravos eram as pessoas mais indicadas para isso. Eles já conheciam como funcionava a propriedade e gozavam de confiança de seu ex-senhor. E o narrador diz ainda:

O senhor libertou eles, mas tinha saudades deles, porque precisava deles. Precisava porque fazenda sem trabalhador não tinha jeito de se mexer com nada. Aí eles, que eram acostumados lá... então ele combinou com eles que era para eles continuarem trabalhando lá, que dava para eles um pedaço de terra. Então, eles ficaram trabalhando para ele.

A doação da terra parece ser o resultado de um pacto que existia entre o fazendeiro e seus ex-escravos. Porém foi Ludovina Maria da Conceição quem recebeu o título da terra, apesar de ela e Rita Basílio terem sido beneficiadas. Pelo que parece, outros ex-escravos foram viver no mesmo espaço. É o que conta o Sr. Dante:

Todos eram escravos. Quando deu a liberdade, eles ficaram sem lugar de ficar. Aí o senhor deles deu um lugar para eles ficarem, para eles construir o rancho... aí cada um fez um rancho e cada um ficou morando aí.

As duas herdeiras se casaram e formaram famílias no Mato do Tição. Não se sabe ao certo com quem elas se casaram. O que se sabe é que os membros das duas famílias formadas por elas casaram entre si. Tudo indica que Rita Basílio contraiu matrimônio com alguém da própria comunidade recém-formada, e o mesmo fez Luduvina Maria da Conceição. A primeira é responsável pelo lado materno, e a segunda pelo paterno dos Siqueira. O nome Siqueira veio de um cafuzo de nome Benjamin José de Siqueira que, quando perdeu os pais, foi levado por um tio a Taquaruçu de Cima para trabalhar como sacristão do padre José Tomaz. Aí o jovem Benjamin aprendeu a ler e a rezar em latim. Ao voltar, casou-se com Josefa Basílio e formou o ramo dos Siqueira, que é a família tradicional hoje no Mato do Tição. Todos são Siqueira, exceto os que vêm de fora. A tradição da comunidade, de cantar e rezar em latim, advém dele.

A comunidade recorda com carinho de uma pessoa muito importante para ela. É a ex-escrava Constantina Augusta dos Santos. Se com Benjamin José de Siqueira o povo aprendeu a cantar e a rezar em latim, com Constantina, aprendeu a cantar e a dançar o jongo, o candombe e o batuque. Dela essa gente aprendeu a alegria e as cantigas que animavam a senzala. Ela era chamada carinhosamente de Tia Tança. Ela foi morar na família Siqueira porque não tinha aonde ir após a libertação. Sobre a chegada dela na comunidade, comenta Dona Nilce de Siqueira: “Foi após a libertação que Constantina veio pra cá e ficou com a gente. Porque foi no arranjo com esse povo mais velho. Aí ela ficou sozinha, minha mãe e sobrinha dela trouxeram ela pra cá”⁵. Ela veio da Fazenda do Capão Grosso. Era escrava do fazendeiro José das Chagas. Nada se sabe sobre ela antes da sua chegada ao Mato do Tição.

Constantina nunca se casou, mas ajudou a criar e a educar os filhos de todas as mães da comunidade. Todos a chamavam de Tia Tança, e ela chamava a todos de “nenego”. Passou o resto de sua vida morando com o casal Benjamin José de Siqueira e Josefa Basílio. Os filhos do casal a levavam para todos os lados. Assim narra o Sr. Dante Isaías de Siqueira, de 85 anos, e um dos filhos de Benjamim e Josefa:

Ela andava pelo mato afora, trazia feixe de lenha. Uns quatro dias antes de morrer, ela foi buscar lenha aqui em cima. Ela chegava e ia juntando lenha, juntando lenha, aquele bocadinho até juntar pra fazer um feixe. Antes de morrer, ela só ficou dois dias na cama. Ela não teve doente pra morrer. Nós perguntávamos pra ela o que ela tinha, e ela dizia que era nada, não agüentava caminhar, o corpo perdeu a vontade. Ela cantava deitada na cama, cantava... conversando com a

⁵ - De acordo com GOMES e PEREIRA (1992, p.307) Constantina era tia de Josefa Basílio: É através da-tia-avó, Constantina Augusta dos Santos, que os filhos de Josefa Basílio aprenderam os segredos do candombe, o movimento do corpo Afro no Batuque, a alegria e a metodologia das cantigas de roda que animavam a vida nas senzalas.”

gente. Quando chegou a noite, falou: “Tô doida pra tomar um gole...” ela gostava de beber desde menina, e ela morreu com 130 anos, aí falou com o papai pra dá um jeito de comprar um golinho pra ela. “Cê não tá podendo beber não”, disse papai pra ela. Ela respondeu: “Se eu beber eu morro, se eu não beber, morro assim mesmo. Vou morrer cedo, então tem paciência”. Aí tinha um vidrinho, e ele mandou comprar um vidrinho pra ela. Foi depressa, comprou e deu a ela. Aí ela passou a noite, passou outro dia inteiro. Nós estava todos na cozinha. Ela calou a boca, deixou de cantar. Então o papai falou: “Ela não tá cantando, não tá gemendo”. Chegou lá, ela estava quietinha na cama. Estava morta. Então a notícia espalhou, e todo mundo veio pra ver ela na cama (Sr. Dante Isaías de Siqueira, 85).

Ao falar do candombe, o Sr. Dante lembra que aprenderam com a velha tia, que vivia cantando, as músicas que eles entoam hoje. Ele e seus irmãos a seguiam e cantavam com ela. Ela vestia-se elegantemente, fazia questão de usar roupas de mangas compridas e vestidos longos que se arrastavam pela casa afora. São muitas as histórias contadas sobre ela, infelizmente não é possível narrá-las todas neste artigo.

Quanto à origem do nome Mato do Tição, trata-se de uma categoria de interação. Segundo as pessoas da comunidade, o lugar recebeu essa denominação porque era mata fechada, e os moradores acendiam fogueiras à noite e tiravam os paus de tição acesos para iluminar o caminho. O Sr. Lindomar João dos Santos conta o que ouviu dos antigos sobre a origem do nome:

Ali era mata fechada. Para eles irem à cidade durante a noite, precisavam clarear o caminho. Então eles levavam um tição para iluminar o caminho. Eles saíam, e o fogo ficava aceso. Faziam várias fogueiras para elas ficarem acesas até eles voltarem. De longe, se podiam ver vários pontos luminosos.

Segundo a apresentação etimológica do nome do local, quando alguém se referia aos habitantes da comunidade, dizia que eles moravam lá no mato onde há tição, lá no mato do tição ou lá no “matição”. O tição aceso passou a ser o símbolo da comunidade tanto para os de dentro quanto para os de fora. Mas também símbolo de discriminação, rejeição e conflitos. Muitas vezes, o nome “tição” foi usado pelos vizinhos de forma pejorativa. A pergunta que faço e que deixo em aberto é a seguinte: haveria algum vínculo entre a denominação, Mato do Tição, e a fogueira da festa de São João que é celebrada pelos quilombolas desde os primórdios da comunidade? É algo a ser pesquisado.

Sobre nomeações de grupos sociais, nos lembra José Luiz Quadros de Magalhães (2008, p. XV):

As nomeações criam falsas identidades com valores e diferenças inexistentes, que servem para criar divisões e facilitar a dominação [...]. Palavras como judeu, cristão, muçulmano, comunista, liberal, branco, negro, vermelho, tútsis, hútus, francês, brasileiro, europeu, árabe,

congolês, entre outras, têm sido utilizadas para manipular, dividir e encobrir o que há de comum entre todas as pessoas escondidas por esses nomes: a condição humana, a pessoa. Esquecemos que por trás dessas nomeações escondem-se nomes próprios, pessoas, cada qual com seu sonho, desejo, frustração e história. A condição de pessoa nos une muito mais do que as diferenças podem desunir. A condição humana de ser um sujeito singular e diverso deve ultrapassar as identificações diversas dos grupos, das religiões, das nacionalidades e das características físicas que podem ser utilizadas para nos separar. Antes de tudo, somos pessoas.

Concordo com Magalhães. As nomeações usadas ideologicamente podem causar sofrimento, destruir vidas de grupos inteiros, simplesmente pelo fato de serem diferentes. Veremos, a seguir, como isso aconteceu no quilombo do Mato do Tição.

4 Lembranças de sofrimentos e conflitos

Quando se ouvem as pessoas mais idosas e as mais jovens que estão acima dos 25 anos, as lembranças que elas têm do passado é sempre de sofrimento. O desrespeito à sua dignidade por parte de moradores da cidade, a falta de políticas públicas voltadas para aquele povo e a constante ameaça de perda da terra. As suas falas são cheias de experiências vividas individualmente ou como grupo social.

As histórias de algumas daquelas pessoas são ilustrativas e abrem o leque para se entender como foi a vida de muitas comunidades negras rurais no Brasil. A fala da Dona Nilce de Siqueira, 65 anos, é ilustrativa:

No meu tempo, eu e minhas irmãs já fomos tocadas igual animal. Antigamente tinha muito coco aqui. O recurso que nós tinha pra sobreviver aqui era catar coco e vender na fábrica pra poder comprar alguma coisa. Então íamos. Aquela porção de irmãs, cinco irmãs, tudo com um saco de coco nas costas, na cabeça, pra levar pra fábrica pra vender. A rapaziada lá na rua, lá no bar, saiu toda lá do bar pra tocar nós... Tchá, tchá, tchá! como se nós fosse um bando de cavalo que tava levando a carga. Nós ia levando coco. Toda a dificuldade a gente passou aqui nesse pedacinho, nesse lugar. Aqui nunca teve um rico pra dá a mão.

Na sua fala, Dona Nilce deixa transparecer como eles eram vistos pelos habitantes de Jaboticatubas. Esse bar ficava no centro da cidade. Era caminho para a fábrica de óleo, onde elas vendiam os pequenos cocos. Não eram vistos como gente, mas como animais de carga. Diz que nenhum um rico apareceu para dar a mão. Ela se refere às políticas públicas da

prefeitura local, que nunca contemplou a comunidade. Eles sempre ficaram abandonados pelo fato de serem todos negros e terem um estilo de vida que os diferenciava dos que viviam na cidade.

A fala de Lindomar João dos Santos, 34 anos, é um dos exemplos de como um membro desse quilombo era tratado na rede de saúde do município:

Quando abriu esse hospital Santo Antônio em Jaboticatubas, era só pra branco. Não era para nós não. Pra nós era só no posto. Um posto que não tinha nem médico. Era um senhor de nome Regis que atendia a gente. Ele medicava a gente de qualquer jeito. Eu mesmo tomei 72 pontos na perna dentro desse posto. Esse homem é quem me costurou sem anestesia. Não tinha isso aqui não.

A discriminação estava também relacionada ao nome da comunidade. A palavra tição estava também relacionada à cor da pele de seus moradores. A fala de Rosilene dos Santos Gonçalves, 35 anos, revela como as crianças do Mato do Tição eram tratadas por outras crianças não negras na escola. Os sinais diacríticos ficam evidentes:

Nessa época, eu estudava na escolinha na Fazenda de Baixo... Estudei até a segunda série. Depois da segunda série, tinha que ir pro centro, na cidade. Foi quando os branquinhos começaram a azarar a gente por causa da cor. Eles xingavam a gente era de tição. Diziam: “Olha a cor... quando você vê um preto, você vê um tição...” Faziam piadinhas... Eu não tinha ninguém pra me defender na escola, porque eu era a mais velha, era menor, mas a mais velha do que os outros que estavam junto comigo... Eu ficava sempre aceitando tudo... ficava caladinha... sofri muito na escola... Depois eu fui aprendendo a dar resposta certa, aí que eu passei a me defender.

A narradora conta outro fato que, na escola, presenciou quando era pequena. Um adolescente branco brigou com um menino negro e falou: “Eu deixei de ter fé com preto desde quando o urubu comeu a minha égua”.

Era uma sociedade estratificada, onde não havia lugar para quem era diferente nesse espaço. Na época, eles eram invisíveis aos olhos dos outros moradores. Não tinha nenhum direito e não podiam reclamar porque não havia com quem fazê-lo. Eram vistos como se fossem estrangeiros que nasceram no mesmo país e falavam a mesma língua.

Mesmo a comunidade estando localizada perto de um centro urbano os seus moradores sofriam com a falta do básico. Uma narradora conta que o sal era um problema para eles. Era um condimento raro e caro, o qual só os ricos podiam comprar. Eles salgavam a comida com o salitre. Pegavam no barranco. Na conversa, o Sr. Dante diz que esse salitre tinha gosto de pólvora. E ironiza: “O fazedor de foguetes da cidade ia buscar o salitre para fazer pólvora, e nós ia lá buscar pra temperar a comida”. Quando conseguiam o sal era porque pegavam no cocho do gado. Comenta, por sua vez, Dona Nilce: “A gente já pegou sal no

cocho de boi pra poder salgar a comida porque não havia sal aqui... os fazendeiros tinham sal pra dar pro gado, mas pra nós não tinha”.

Nas narrativas dos habitantes do Mato do Tição, a expressão “sofreu muito” volta sempre. A memória do presente volta sempre ao passado e retorna ao presente para contar as suas lembranças cheias de marcas de sofrimentos. Dona Nilce recorda os pontos que marcaram a sua vida e a vida de sua comunidade. É o que Bergson (1990, p. 140) chama de pontos brilhantes da memória:

[...] Há sempre algumas lembranças dominantes, verdadeiros pontos brilhantes em torno dos quais os outros formam uma vaga nebulosidade. Estes pontos brilhantes multiplicam-se à medida que se dilata a nossa memória.

A narradora diz ainda que vendeu muito esterco de boi para poder sobreviver no Mato do Tição. E completa: “Nós trabalhava na roça, plantava milho, feijão, arroz. Era aquela campanha. Antigamente não tinha relógio. O relógio era o Sol. Nós pegávamos no serviço quando o Sol apontava e largava quando o Sol se ia”. Eles atribuem à grande pobreza a saída de muitos membros da comunidade. Assim relata Dona Nilce: “Nós temos família por todo lado em Minas Gerais... Não agüentaram toda essa pobreza de que estou falando e foram saindo. Só restô nós. Temos parente até fora do Brasil”.

Por meio da memória, a narradora tenta reconstruir o passado e fazê-lo presente. Por essa tentativa de reconstrução, ela busca vivenciar o espaço e o tempo vivido por ela e pelos seus. Ela se lembra da vida cotidiana das mulheres de sua comunidade:

A gente trabalhava lá na roça o dia inteiro, ainda trazia lenha do caminho pra chegar aqui, fazer óleo de coco e ainda poder fazer comida pra ir trabalhar no dia seguinte... Roupas, não tinha roupa. Era uma triste roupinha feita de saco. Minha mãe fazia. Era chita. Pra fazer roupa pra gente. Só tinha aquele vestidinho. Pra tirar ele, pra lavar, precisava enrolar numa toalha e esperar ele enxugar (Dona Nilce de Siqueira).

Esse relato revela o cotidiano de mulheres e homens do Mato do Tição. No entanto, um belo testemunho dessas pessoas é que, ao se lembrarem dos sofrimentos do passado, não querem que seus filhos e netos tenham a mesma sorte. Tiveram uma vida de amarguras, as palavras-chave de suas narrativas são sempre fome, trabalho e sofrimento, porém, olhando para o passado, constata-se que as coisas melhoraram. Dependiam da terra para tudo. Era daí que eles tiravam o pão de todo dia. Por essa razão, a luta em defesa da terra para eles foi um algoz. Isso aparece quando eles falam dos conflitos com certos proprietários de fazendas vizinhas.

4.1 A luta pela terra

O acesso à terra foi sempre um problema para o negro no Brasil. Tanto negros quanto índios sempre foram expropriados ao longo da História do País. A Lei da Terra, datada de 1850, excluiu os africanos e descendentes deles do direito à posse. Mesmo quando tinham o título de propriedade, não eram considerados donos. Foi sempre uma grande luta para esses grupos sociais manterem um espaço para a sobrevivência. Em um artigo, Ilka Leite (2000) narra uma série de conflitos vivenciados pela população negra, especialmente os quilombos na trajetória do negro no Brasil. O espaço da terra foi sempre negado ao negro.

No Mato do Tição, a história se repete. Segundo os mais antigos da comunidade, até cerca de 60 anos atrás, eles viviam na pobreza, mas desfrutavam do que a sua terra produzia. A especulação da terra, com a chegada de novos fazendeiros na região, modificou o ritmo de vida dessa população. A comunidade foi cortada por uma estrada de chão. Os remanescentes de quilombos habitaram a parte de baixo. A parte de cima foi cercada por arame, e ninguém podia entrar. O setor alto era formado por uma grande área verde. Até hoje existe nesse local um grande crucifixo onde os mais antigos dizem ter sido um espaço ritual para a comunidade. Era ali que eles recitavam o terço e a ladainha em uma determinada época do ano. Era nessa área verde que a Tia Tança recolhia lenha.

E uma visita que fiz ao Mato do Tição, o Sr. João dos Santos, 70 anos, contou como a comunidade começou a perder as suas terras. Dizia:

Antigamente o imposto era pago em Caeté. E passou. Era muito difícil ir a Caeté. Aí Luduvina Maria da Conceição deu a escritura para um fazendeiro pagar o imposto pra ela lá em Caeté. E o que aconteceu? Ele levou a escritura e depois não entregou mais. Disse que perdeu a escritura. Quando ele vendeu a fazenda aqui, vendeu tudo. Passou a escritura para quem comprou a fazenda com o terreno do povo aqui. Ficou só essa partezinha aqui onde eles não dão conta de trabalhar porque é muito pequena. Naquela época, a pessoa valia aquilo que tinha. Ele tinha má intenção. Pegou a escritura e depois vendeu a fazenda.

Dona Nilce de Siqueira, quando interrogada sobre o episódio, diz ter ouvido os mais velhos comentarem sobre o assunto. “Eu não me lembro porque eu era pequena. Mas eu ouvia os mais velhos falarem sobre essas coisas, como eles perderam essas terras. Os meus irmãos mais velhos já se lembram mais. Eles viram.”

O Sr. Dante de Siqueira, irmão mais velho de Dona Nilce de Siqueira, tem outra versão sobre a maneira de como eles perderam o terreno da parte de cima. Ele diz que era muito pequeno quando tudo aconteceu. Faz um esforço para lembrar e começa a contar.

Segundo ele, o imposto era pago em Santa Luzia, e o fazendeiro que pegou as terras era compadre de Luduvina Maria da Conceição:

Tinha um compadre dela que ela tinha muita confiança nele. Pediu se ele podia pagar o imposto pra ela em Santa Luzia. E, no ele pagar o imposto pra ela em Santa Luzia, ele exigiu dela os documentos pra pagar o imposto. Ele foi, pagou o imposto e não voltou com os documentos não. Disse que os documentos tinham que ficar lá por alguns dias. E ele ficou com as terras... Era pra nós ficar sem nada.

O narrador alega ser muito pequeno quando tudo isso aconteceu, mas busca no passado a reminiscência de uma experiência vivida:

Nesse tempo, eu era pequenininho... Nesse tempo, aqui em cima, tinha uma capoeira... Nós plantava cana, fazia garapa... Nós tava puxando lenha no carrinho, aí, passando na estrada, o fazendeiro escutou o barulho do carrinho. Ele acompanhou o rastro do carro e chegou lá. Nós estava carregando lenha no carro. Ele falou: “Não corta mais lenha não, tá vendido. To falando com vocês”. É que o dono daí pode chegar e pegar vocês”. É que ele já tinha pegado o documento da minha avó... Aí, de repente, chegou o homem que tinha comprado. Era um tal de Francisco Beltrão que tinha comprado. Ele era da Boa Vista.

A partir daí, a lista de ocupação das terras, ou seja, a cadeia dominial só foi crescendo, como expressa o narrador:

E daí cada um sabia que o papai tava pelejando para pegar a nossa terra de volta. Mas um pegava e vendia pro outro... O outro ficava uns tempos, não dava jeito, pegava e vendia pro outro, foi vendendo pra outro, e acabou que o lado de cima ficou com eles... Nós não tinha o documento porque o Zé Afonso sumiu com o documento nosso, uai...

Segundo o narrador, mais tarde, quando o fazendeiro que tirou parte das terras da comunidade começou a vendê-las para outros, os conflitos aumentaram. Eles passaram a ser vistos como invasores e não como proprietários⁶. E não eram respeitados por donos da fazenda vizinha que se diziam dominadores de tudo.

Quando eles foram vender as terras, eles vieram pra desmanchar a nossa cerca que tinha da estrada pra baixo aqui. Aí papai endureceu. Disse que essa parte da terra não entregava de jeito nenhum. Aí ficou essa parte por ser nossa. Quando veio o outro comprador, que comprou o terreno aí, eu tinha até um cavalo que estava do lado de cima. Ele falou: “Escuta uma coisa, aquele cavalo que está do outro lado do pasto é seu?” Eu falei: “É meu.” “Então você tira ele daqui porque não quero que ninguém põe animal aqui.” “Eu não tiro, não

⁶ Núbia Gomes e Edimilson Pereira (1992, p. 300-302) apresentam a transcrição do documento de usucapião da terra em nome da família Siqueira, reconhecido na Comarca de Jaboticatubas, em 20 de setembro de 1977.

senhor.” “Por que você não tira?” “Eu não tiro porque aqui é nosso.” “Então você não vai tirar o cavalo?” “Não, porque ele tá no que é nosso. Isso aqui é tudo meu, porque eles tomaram aquela parte que era nossa. Mas essa parte que ficou aqui ninguém passa pra dentro não.” “Mas é meu, eu comprei”, disse o fazendeiro. “Não, ninguém comprou não, porque papai não vendeu.” “Então quer dizer que isso aí é seu?” “Meu não, é nosso, dos meus irmãos tudo. Aqui ninguém mexe não.” “Então vamos ver esse caso.” Aí foi embora e falou que voltava cá.

Segundo o narrador, uma semana depois, o fazendeiro estava de volta:

Eu vi batendo do outro lado da cerca ... Saí, fui lá... aí o coitado de um moço... até daqui... estava desmanchando a minha cerca, estava desapregando os arames. Eu falei: “Ó, você tá concertando a cerca?” “Não, tô tirando os arame aqui... o senhor mando eu tirar e enrolar aí.” Falei: “Ó, você não tem nada com o caso, você pega, junta sua ferramenta e não mexe nesse arame não... cadê os grampos que você tirou daqui?” “Os grampo tá no pé do poste.” “Então me dá o martelo. Eu vou pregar o arame onde ele tava. Você não mexe na cerca não.” “Como eu faço com o homem?” “Você chega lá e diz que eu não deixei você desmanchar a cerca.” Aí ele me deu o martelo, eu preguei a cerca, e ele foi embora. Não demorou um bocadinho, no muito umas duas horas, o fazendeiro veio com os empregados dele, armados com revólveres... com carabina... chegou ali me chamou: “Faça favor, chegue aqui.” Saí... e fui conversar com ele... “Eu mandei o moço pra tirar o arame, e você embargô a tiração de arame...” “Embarguei.” “Mas por que você embargou?” “Embarguei porque aqui é nosso. Não deixo ninguém tirar o arame não.” Aí tinha uma cerca do outro lado. Ele pegou e abriu um colchete que tinha pra nós saí de lá... ele só pegou o colchete e veio com aquela boiada pra passar... aqui tinha milho... pra passar com boi no meio do milho. Eu vi ele gritando... ele ia passar aqui pra saí do lado de lá... no meio da roça... Eu gritei com os bois: “Vorta pra trás!” Eu tinha um punhado de cachorro aqui, juntei a cachorrada no boi. Ele gritou: “Reda aí homem.” Eu falei: “Eu não arredo porque não deixo boi passar, porque aqui não é pasto”. Passei a mão numa vara, voei atrás dos boi com os cachorro e fiz ele passar pelo mesmo lugar que entrou. Os bois passou todo pro lado de lá.

O Sr. Dante de Siqueira narra que os ataques para tomar as terras da comunidade não terminaram. Eles continuaram. Os quilombolas não tinham a quem recorrer para pedir ajuda. Não havia leis que os defendessem. De acordo com o narrador, tempos depois, o fazendeiro voltou:

“O que o senhor quer?” “Eu quero que o senhor desocupa a minha terra porque isso aqui é meu.” “Eu não desocupo não porque a outra parte da terra foi tomada, mas essa aqui não.” “Mais eu comprei.” Então vou chamar a minha mãe. Ela tem o documento dessa parte. “Ah, o senhor tem documento?” Eu falei: “Tem”. Então ele pegou o acompanhante dele e falou: “Então tá bravo, porque, quando eu comprei, comprei tudo”.

De acordo com Dona Nilce, essa demanda da terra durou 15 anos. Um fazendeiro ia vendendo a terra para outro. A terra da fazenda passou por vários proprietários em pouco

tempo. Cada um que chegava tinha interesse nas suas terras e tentava tirá-la dos negros. A porção de terra onde está a comunidade interessa aos fazendeiros porque nela existe água. Ela se situa na parte baixa, e é um bom espaço para o gado beber e descansar.

Anos depois, outra demanda. Mais um fazendeiro tentou desapropriar a comunidade. Acionou a Justiça contra os moradores, só que ele morreu no período em que o processo estava em andamento. Segundo Dona Nilce, ele queria transladar a comunidade para o alto de um morro, à margem de uma estrada poeirenta, onde não há água ou sequer uma árvore:

Ele queria empurrar a gente lá pra beirada da estrada... ele disse que aqui era tudo dele mesmo, que ele podia por nós onde ele quisesse. Tinha tanta confiança, que tinha tomado tudo nosso... queria levar nós lá pro Mário Campos e fazer uma espécie de favela pra nós lá, sem água, sem luz, sem nada... aí foi que o meu irmão entrou na Justiça e seguiu esse pedaço aqui, mas ele queria tudo.

Até hoje, a questão da terra no Mato do Tição é algo a ser resolvido. Depois de tantas lutas e perdas, a comunidade desfruta de um tempo de paz, mas não se sabe até quando. O Mato do Tição se localiza no circuito da Serra do Cipó. Região muito cobiçada devido a suas cachoeiras, pousadas e outras atrações. Por essa razão, a lei do governo que homologa as terras quilombolas chegou em boa hora. Agora a comunidade espera a regularização de suas terras por parte do INCRA.

4.2 As mudanças

O sofrimento deixa suas marcas. Quando ele passa, a pessoa que o viveu não quer lembrá-lo. Espera que a memória apague o que aconteceu. É o que Dona Nilce de Siqueira demonstra: “A gente veio passando tanta coisa ruim na vida, que a idéia não guarda assim não”. Trata-se de lembranças que não deveriam ser contadas porque fazem mal. É o que Pollak (1989, p. 8) chama de memórias proibidas. Essas memórias, segundo o autor, “São zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobastes”.

Comparando a vida de luta da velha geração, diz que esta nova não sabe o que é sofrimento. Desiste com muita facilidade dos problemas que a vida coloca à sua frente. E, quando os mais velhos contam as suas histórias, eles não acreditam.

Hoje é lenda quando conto pros mais jovens o meu passado... Eles estão vendo a minha velhice, que hoje eu não agüento mais fazer quase nada, mas eles acham difícil eu ter passado por essas coisas. Pra eles imaginar, é difícil. Se eu fosse uma pessoa letrada e pudesse escrever muito, eu ia fazer um livro pra deixar pra eles ver o padecimento da gente como foi (Dona Nilce de Siqueira).

A narradora tem consciência de que hoje são outros tempos. As coisas mudaram. A realidade de seu povo, cujas raízes estão na escravidão, é outra. Mas ela vê a importância de se conservar a memória, para que o seu passado e o de seu povo não seja esquecido e sirva de exemplo para os mais jovens. Por isso ela diz que, se soubesse escrever, comporia um livro para contar o que eles viveram em outros tempos. E atribuiu o que eles têm hoje ao fruto da luta do passado quando diz: “Eles hoje não agüenta passar nada de dificuldade. Qualquer dificuldadezinha que têm eles não sabe o que fazer. A gente está tranqüila porque a gente já passou por coisas muito pior”.

Esse questionamento de Nilce tem sua razão de ser. Desde a infância da senhora até os dias de hoje, a comunidade mudou muito. Os jovens, mais do que nunca, são influenciados pelos meios de comunicação, que lhes apresentam coisas novas, estilos de vida jamais vistos pelos mais antigos da comunidade. Percebe-se a existência de um conflito de gerações na comunidade e que está ligada à questão do tempo, ou seja, o dos antigos e o dos jovens na vida social do grupo. O presente é marcado pela introdução de novos elementos nos seus espaços sociais. São mais facilmente absorvidos pelos jovens e rejeitados pelos mais velhos. Trata-se do ciclo interno do grupo, o que implica a articulação da memória, como nos apresenta Bosi (1992, p. 28):

A memória articula-se formalmente e duradouramente na vida social mediante a linguagem. Pela memória, as pessoas que se ausentaram fazem-se presentes [...]. É a linguagem que permite conservar e reavivar a imagem que cada geração tem das anteriores. Memória e palavra, no fundo inseparáveis, são a condição de possibilidade do tempo reversível.

Esse vaivém da memória aparece nas comparações entre o passado e o presente na fala dessa narradora. É o olhar para o passado que lhes dá a possibilidade de comparar o antes e o depois:

É igual mesmo o casamento. Hoje, se tiver o feijão o arroz, mas faltou o óleo, a mulher larga o marido porque tá faltando óleo. Nós não. Se faltasse um dia o feijão e o arroz, ou então... Se tinha o feijão, a abóbora, e o angu, o óleo, nós arrumava. Catava o coco e fazia o óleo pra gente comer. E hoje? Quem é que faz isso? Ninguém, né. Então é por isso que o casamento vai indo de “cangapé”, acabando tudo. Por conta disso que eles não agüentam passar o que a gente passou (Dona Nilce de Siqueira)

Bosi (1992, p. 30) é da opinião de que o tempo não é homogêneo, estático. São muitos e, por isso, tem de se aprender a conviver com os tempos. Para o autor, o conflito de gerações, ou seja, o ponto de vista que uma determinada geração tem que a difere da outra, na realidade, são conflitos entre tempos diferentes:

O reencontro do tempo antigo pelo moderno faz pensar em um fenômeno que tende a aprofundar-se e estender-se em nossos dias: o do convívio dos tempos. Muitos consideram peculiar à pós-modernidade a coabitação de estilos de vida e de pensamentos distintos. Essa convivência pode ser forçada, artificial, promovida pelo mercado cultural, moda perene da morte. Mas pode acontecer espontaneamente, sinal de que o tempo que se vive não é homogêneo. Senha de riqueza e contradição que instiga a nossa mente e exige deciframento.

A comunidade do Mato do Tição vive na encruzilhada de dois tempos. Ou seja, o tempo vivido pelos antigos, que está vivo na memória deles, e o tempo de hoje, vivido pelos jovens, mas também pelos mais velhos. Esse período atual é questionado em parte pelos mais velhos, mas tem plena aceitação da parte dos jovens. O conflito deve-se ao fato de os mais jovens não terem oportunidade ou não quererem escutar a história de vida dos mais antigos. Segundo a fala de alguns membros da comunidade, isso se deve à televisão, que faz com que as famílias não tenham mais diálogo. Chega a noite, cada um assiste o seu programa favorito e depois vai dormir.

Se, por um lado, os jovens questionam a fala dos mais velhos, que desaprovam alguns comportamentos vividos pelos mais novos hoje, por outro, aqueles que já estão na faixa dos 30 anos vêem que a presença da geração antiga na vida de seus filhos exerce uma função educativa. A morte de um ancião na comunidade é grande perda porque só a sua presença junto às crianças já é uma forma de educar. É o que diz o morador Lindomar João dos Santos:

Aqui, quando tem um problema, os mais velhos chamam atenção. Os mais velhos chama ele e conversa até ver se vai consertar... Os mais velhos ajuda os mais novos, entendeu? É como eu tô falando: tá ficando difícil. Eu mesmo saio pra trabalhar, sei que deixei meu filho em casa. Tenho um tio que toma conta, uma tia que toma conta. Ele só brinca no terreiro deles. Só que chega um ponto. Eles estão morrendo, e os meninos tão perdendo o tempo deles de aprender dos mais velhos, porque depois que eles morrerem não adianta chorar a bagagem perdida. Aqui a bagagem dos mais velhos é muito grande.

Isso significa que, apesar dos conflitos internos, os mais velhos ainda são aqueles que fazem o controle social dentro da comunidade. Eles cuidam das leis. Tudo indica que os questionamentos dos mais jovens com relação as atitude dos mais velhos é só uma questão de

tempo. Quando esses jovens adquirem mais idade, eles tendem a repetir, em parte, aquilo que os anciãos faziam. Essa tendência foi observada por Rifiotis (1994), quando pesquisou os ritos de passagem entre o grupo étnico makomba, em Moçambique.

Mas, quando perguntados se as condições de hoje são melhores ou piores que há 30 ou 40 anos, todos os idosos são unânimes em dizer que a qualidade de vida deles melhorou muito desde há algum tempo, ao olharem para trás e ao fazerem a comparação entre o ontem e o hoje, o que era melhor e o que era pior. Como observa Gagnebin (1998, p. 218):

[...] A memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção evanescente.

No vaivém da memória, eles recordam hoje um passado de festas, união, muitos filhos, mas não querem voltar a viver no passado. Dizem que hoje estão melhores, com mais conforto e dignidade do que nos tempos passados. É o que aparece na fala de alguns narradores, ao compararem o vivido no passado com a situação de agora:

De 1970 pra cá, começou a melhorar. Assim é que começou melhorando. Até chegar ao ponto que tá. Mas pra trás aqui era ruim demais... Hoje a pessoa tem um ordenado, antigamente não tinha. Porque o patrão era quem mandava, e ele pagava o que queria. As dificuldades que a gente passa agora a gente não estranha não. Porque, em outro tempo, foi muito ruim pra nós. De todo jeito, viver hoje tá melhor do que o tempo atrás (Sr. Dante de Siqueira).

Outra narradora divide a mesma opinião ao comparar os tempos. Acha que eles hoje vivem melhores do que no passado: “Graças a Deus e a essa misericórdia de aposentadoria que o governo deu, aqui melhorou muito” (Dona Nilce de Siqueira).

Todos atribuem a melhora da qualidade de vida na comunidade às políticas públicas do governo. Apesar de ainda faltar muitas coisas a serem realizadas em termos de saúde, lazer, educação e moradia, eles sentem que a situação está melhor hoje que há tempos passados. A comunidade passou por mudanças que são comuns a todo e qualquer grupo social. Porém existe algo que é de fundamental importância para o grupo: as festas que eles conservam até os dias de hoje. Esse é o tema que veremos a seguir.

4.3 As festas

Se, nos tempos passados, existiam muito sofrimento e trabalho, o grupo também criava ocasiões para as festas. Nas lembranças dos mais velhos da comunidade, as confraternizações ocupam um lugar todo especial e deixa saudades. As festas fazem parte de toda a sociedade. Em Minas Gerais, no Período Colonial, era o momento de a comunidade expressar a sua fé e reforçar a sua identidade cultural, como nos narra Romeiro (2003, p. 142):

Momento privilegiado da cultura e sociabilidade barrocas, a festa religiosa era um ritual público, que tanto servia para reforçar os laços de solidariedade quanto refletir os valores sociais que pautavam o ordenamento social. A um só tempo profana e religiosa, a festa divulgava as normas a serem seguidas, hierarquizava os lugares sociais, distinguindo uns e excluindo outros. Espaço de lazer e afrouxamento das obrigações sociais [...].

Há de se convir, porém, que cada grupo social celebrava as suas festas de acordo com a sua realidade, com a sua tradição cultural e formação étnica. Na fala de alguns da comunidade do Mato do Tição, aflora o jeito como as festas eram realizadas. É como nos narra Rosa (2002, p. 18), no seu trabalho sobre as festas nas culturas:

A festa é assim associada a motivações, valores e interesses diversos. Efêmera ou duradoura, surpresa ou planejada, civil ou militar, sagrada ou profana, séria ou burlesca, a festa é uma celebração que, geralmente, se atrela a datas e acontecimentos comemorativos, como aniversário, casamento, descoberta, conquista. A motivação individual ou coletiva, singular ou plural, onde está associada a valores relacionados à agricultura, como a festa da terra, da colheita; ao folclore, como a festa do boi-bumbá; à gastronomia, como a festa do bacalhau, da batata; à bebida, como a festa da cachaça, da cerveja; ao trabalho, como a festa de Primeiro de Maio; e à religião como a festa da padroeira, o Natal, São João, a Semana Santa, entre outros.

No Mato do Tição, a festa é um espaço para se recriar e reforçar a identidade do grupo. É o momento do encontro entre pessoas que fazia tempos que não se viam, de partilha, de se contar as novidades. E Glória Moura (1996, p. 58) vai dizer que “São formas de grande expressão cultural vivida no processo dinâmico e criação e recriação da identidade dos habitantes dos quilombos.”

Por razões de alegria é que os moradores do Mato do Tição falam tanto em festas. São muitas as celebradas por eles. Elas não são feitas em qualquer momento. Existe entre eles um calendário codificado. Nos seus primórdios, o quilombo foi influenciado culturalmente e religiosamente por duas pessoas que deixaram marcas que o acompanha até os dias de hoje.

Não se pode falar dos grandes momentos de confraternização desse grupo social sem mencionar dois de seus ancestrais: Benjamin José de Siqueira e Constantina Augusta dos Santos. O primeiro era cafuzo e teve uma forte formação religiosa católica. Ainda menino, foi levado pelo tio a Taquaruçu de Cima para trabalhar como sacristão do padre José Tomaz. Ali aprendeu a rezar em latim, a ler e a escrever em português. Ao voltar para o Mato do Tição, casou-se com Josefa Basílio e deu origem ao ramo da família Siqueira. Por outro lado, temos Constantina, ex-escrava que se tornou membro da família e lhes ensinou a cantar, tocar atabaque e a dançar o candombe. À sua maneira, ambos deram sua contribuição para a formação identitária do Mato do Tição.

Ao mencionar a contribuição de Benjamin na formação religiosa de seus filhos, um de seus netos narra: “O meu avô teve 13 filhos e deixou um santo para cada filho festejar”. É baseado nesse calendário que a comunidade segue seu ritual cíclico das festas. Quem explica é Lindomar João dos Santos, neto de Benjamin de Siqueira:

Na Quaresma, a comunidade se encontra para a reza da Via Sacra. Cada dia reza um mistério do terço em uma casa. Reza-se em dez casas até fechar. E começa de novo. No mês de maio, no dia 2, eles começam a festa em louvor a Santa Cruz. Aí celebra, no mês de Maria, a coroação da imagem de Nossa Senhora e adoração ao Santo Cruzeiro. É o que eles chamam de “libertação dos espíritos”.

Continua Lindomar:

A gente vai pro alto do campo, o pico mais alto que temos e passamos a noite, até o dia clarear... É rezar, cantar, bater papo. Cada um faz um pedido e acende uma vela. Se a vela apaga acende de novo. A gente vai iluminar o espírito. Então é a adoração ao Santo Cruzeiro. A gente pede proteção pra família toda. Porque nós estamos vendo todo mundo da comunidade, então é por isso. Depois nós descemos de casa em casa e vamos até a última casa da comunidade. Nessa última casa, nós temos que ter terminado antes do Sol nascer.

Quando perguntado sobre o motivo de o ritual terminar na última casa antes de o Sol nascer, o narrador responde:

Eles têm a superstição que não pode. Até não me aprofundei muito, porque uns contam de um jeito, outros, de outro. Falaram que a falta de sorte vai vir pra cima de todo mundo, a família não vai ser muito bem vinda... Eu lembro que o tio Dante contou que quem pega o Sol saindo vai ficar preguiçoso o ano inteiro. Então fala que não pode. Esse é o ritual que eles mantêm.

No dia 5 de junho, celebram São Benedito. Essa festa era presidida pelo Sr. Jair de Siqueira. No dia 13, eles festejam Santo Antônio. Em 2007, a procissão da festa do santo foi feita com uma imagem que a comunidade recebeu de um fazendeiro vizinho, que cedeu para

eles um espaço para colocar o cruzeiro e ali realizar seus rituais, como aparece na fala do Lindomar:

Ganhamos a imagem na festa do ano passado, na festa de santo Antônio... O Antônio Lisboa Marques, o Antônio de Eulália, é o único fazendeiro que cedeu pra nós um espaço pra nós colocar o cruzeiro. Ele faleceu. E o filho dele falou: “Vou deixar uma imagem de Santo Antonio”. E deixou aquela imagem de Santo Antônio pra nós.

E de 23 para 24 de junho, eles têm a festa de São João Batista. A festa acontece no pátio da casa de Dona Divina de Siqueira, considerada a mãe espiritual da comunidade. É ela a herdeira do pai, Benjamin José de Siqueira. Dona Divina preside as orações da festa de São João, reza em latim, que aprendeu com seu pai. Sobre isso, comenta Lindomar: “A gente reza o terço, têm várias ladainhas e os cantos em latim. Porque o latim foi meu avô que aprendeu. Era sacristão. Passou pra família, pros filhos dele”. No dia 29 de junho, comemora-se a festa de São Pedro. Na primeira semana de setembro, eles celebram o Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Essa festa é presidida pelo Sr. Dante de Siqueira, que é o capitão da guarda. Eles fazem procissão até a cidade, com o rei e a rainha coroados. Conta-se que o atual capitão acompanhava o tio na guarda. Quando o tio morreu, ele assumiu. No momento, outro sobrinho, de nome Evandro, está preparando-se para assumir a guarda quando o atual capitão falecer. Nos meses de outubro e novembro, eles não têm festas religiosas.

No dia 20 de novembro, eles celebram o Dia da Consciência Negra. É uma festa recente, resultado da participação de membros da comunidade em movimentos negros. Trata-se de uma comemoração que veio de fora. A festa é realizada fora da comunidade. É o que eles denominam “ir de terceiro”, como comenta Lindomar: “Em outubro, não temos nada. Novembro, só o Dia da Consciência Negra. Mas aí, a gente vai de terceiro. A gente vai fazer a festa pros outros, levando o candombe”.

Em dezembro, no dia 24, eles celebram a Vigília dos Santos Reis e as boas-vindas ao Menino Jesus. Como nos narra Lindomar:

Todo mundo reunido aqui na capela, a família todinha. E nós rezamos. Catamos a noite inteira, cântico da Folia de Reis, adoração ao presépio, boas-vindas ao Menino Jesus. No dia 25, a gente sai cedo. Aí, a folia anda nos sábados e domingos porque a maioria dos companheiros trabalha fora e só estão aqui nos finais de semanas. Eles vêm no ajudar. Nós gostaríamos de cantar todos os dias. Os 13 dias seguidos, mas não dá mais. Pra completar os 13 dias, nós resolvemos sair nos sábados e domingos e completa com uma sexta-feira pra poder cair no dia 20 de janeiro, e nós entrega a bandeira de São Sebastião. Cantamos em todas as casas. Quando a gente volta, faz o agradecimento dos 13 dias da viagem dos três Reis. Chegamos aqui, entregamos a bandeira. Ela fica aqui, na capela, o ano todinho, até 24 de dezembro.

A falta de trabalho na região levou muitos membros da comunidade a trabalharem em outras cidades, como Santa Luzia, Lagoa Santa, Vespasiano, Belo Horizonte, Contagem e Betim. Por estarem distantes, não podem voltar para casa todos os dias. Somente nos finais de semana. Essa situação os levou a alterar o ritmo da Folia de Reis, que era de cantar fora durante os 13 dias seguidos. Hoje, eles só cantam nos finais de semana. Atualmente, cada vez mais, a comunidade passa de um estilo de vida rural para o urbano.

Além dessas festas religiosas, o quilombo tem muitas outras festas que são consideradas profanas. Apesar de, nessa realidade, não ser possível separar o sagrado do profano. Algumas das festas que eram feitas no passado se encontram na memória dos mais velhos. Elas não são mais realizadas no Mato do Tição. As razões são muitas. Em primeiro, a falta de terras para plantar. Porque alguns dos eventos estão estreitamente ligados ao plantio ou à colheita do roçado. Quando eles perderam suas terras, continuaram plantando para os fazendeiros. Da década de 1980 até os dias atuais, foram perdendo o acesso ao cultivo da terra. Os antigos fazendeiros foram morrendo ou vendendo as suas propriedades, e os que chegavam passaram a não mais dar as suas terras a meio, com temor de perdê-las devido à lei de usucapião.

Em uma reunião que fiz com três membros da comunidade do Mato do Tição, eles me relataram algumas festas que faziam. Eles praticavam a dança do “cumbá”. Essa manifestação estava ligada ao cultivo da terra. Segundo o Sr. Sílvio de Siqueira, é a dança em que se batem, num ritmo certo, os cabos das enxadas. Existem muitos cantos e melodias que acompanham a dança do “cumbá”. O narrador se lembra de uma:

Marinheiro, marinheiro, marinheiro... e o outro respondia: marinheiro só, marinheiro só... tudo no compasso certinho das batidas das enxadas ou: na cabada dessa roça mineiro vem pra passear vem... e o outro respondia na mesma voz, no mesmo tom.

Segundo o Sr. Sílvio, só os homens participavam dessa dança. As mulheres ajudavam a cantar. A dança do cumbá está ligada ao ritual do João-do-mato: “A dança do João-do-mato é a mesma dança das enxadas, o cumbá”. Lindomar João dos Santos, por sua vez, diz ter presenciado a dança do João-do-mato uma vez:

Eu vi, mas não aprendi... Eu não aprendi a bater as enxadas, aí foi quando uns quatro anos atrás, antes do Tio Jair falecer, teve um encontro em Jaboticatubas. Aí nós fomos relembrar. Aí eles passaram pra gente. Eu lembro uma música que eles cantavam: “Ó meu patrão, você nem toma conta de seu gado, o macaco piou, piou, piou... o macaco piou, piou, piou...” E a enxada tinha que bater no tempo certinho. Se um conseguir descompassar, aí acaba a roda.

O João-do-mato é caricaturado em um boneco feito de galhos de árvores e ornamentado com folhas verdes. Todos os que participavam do rito também se cobriam de ramos. Isso fazia parte da festa da capina. É uma figura muito conhecida pelos quilombolas mais idosos no Estado de Minas Gerais. Pode se encontrar versões diferentes do João-do-mato em muitas comunidades negras rurais. Ele tinha como função a proteção das plantações contra os ataques dos insetos e passarinhos. Havia todo um rito para isso, como nos narra Lindomar:

Era uma festa muito bonita e rica. Você traz um pé de milho e um pé de feijão. Traz e coloca na fumaça em cima do fogão para curar. E fica curando... aí a praga não vai à roça. Aqui quem planta a roça não usa produto químico. É através das orações. Pede proteção pro milho vingar bem. No dia da dança, a gente pega um pé de milho e põe na fumaça. Quando a gente chega no terreiro do dono da roça, tira um pé de milho e põe em cima do pé de feijão. O João-do-mato é a proteção da lavoura. Felizmente, roça de negro não dá caruncho. Você pode ir na roça de um fazendeiro que está cheia de fungos. Vai na roça de um quilombola, se tiver, você pode falar comigo: esse é mentiroso. Os mais velhos têm um sistema de tratamento que dura anos. Palha de milho de negro dura anos e sem carunchar, pelo ritual dos antigos, do jeito de colher, a lua de colher. Aqui eles não colhem milho em qualquer época. O milho pode estar seco, mas a lua tem de estar boa. A natureza é muito importante pra eles.

Existe também a dança da “manguara”, que é feita durante a festa do Reinado. É uma dança parecida com o maculelê. Segundo o Sr. Sílvio de Siqueira, existem quatro tipos de manguara. A que eles dançavam é a dos “catopés”. Segundo eles, em Jaboticatubas, existe outro grupo que dança o rito dos “langas”. Para se dançar a manguara, a pessoa tem de estar em contato com a terra. É como explica o Sr. Sílvio de Siqueira: “Essa manguara, a gente batia ela depois do almoço, depois que o povo almoçava... então era que a gente assumia a manguara... o trem era bonito”.

Outra dança que faz parte da memória dos mais velhos é a “paulista”. Segundo eles, não se acha ninguém mais para dançá-la. Era feita nas festas juninas. O Sr. Sílvio de Siqueira narra com emoção como se dançava a paulista:

O único que sabia dançar a paulista aqui era eu, o Dante e o Jair... O Jair já morreu. Na hora da palma, você repicava aqui no arco da caixa, e a gente saltava pra trás e depois fundava o pé na poeira. A poeira até voava pros lados.

Existem ainda outras danças que continuam vivas na comunidade, como o “batuque” e o “candombe”. Os membros da comunidade são chamados para eventos culturais a fim de apresentarem esse precioso acervo imaterial. Mas essa riqueza imaterial está cada vez mais ameaçada devido à baixa taxa de natalidade entre os casais jovens (cada casal tem, no

máximo, dois filhos) e ao número crescente do êxodo rural. Fenômeno que se repete em outras comunidades rurais no Brasil.

O quilombo do Mato do Tição tem no momento 117 habitantes, mas somente 16 têm carteira assinada. O único trabalho que eles encontram é na roça. Roçam pasto sem nenhum direito trabalhista. Caso algum acidente aconteça, eles não têm a quem recorrer. A primeira pessoa deixou a comunidade em 1982. Foi para Belo Horizonte. Nessa cidade, conseguiu fazer um curso de mecânica e se empregou. Em seguida, outro foi trabalhar como artesão em Santa Luzia. Depois mais moradores foram saindo para outros lugares. Os que mais migram são os jovens, na sua maioria homens, como aparece na fala de Lindomar de Siqueira:

Nós temos 17 jovens na comunidade na faixa de 17 a 25 anos. Hoje só temos 6 vivendo no Mato do Tição. Onze foi caçar outro meio de vida porque não agüenta mais a roça. Muitos deles falaram que não voltam mais se aqui não melhorar.

A saída desses jovens põe em risco a continuidade da tradição. São eles que deveriam participar de todos os eventos culturais da comunidade para poder multiplicar a tradição dos antigos. Essa cultura, passada de pai para filho, segundo os mais velhos e os de meia idade da comunidade, corre o risco de desaparecer, como é o caso de algumas danças que já não são mais realizadas na comunidade. Os que as sabiam envelheceram ou morreram, e os mais novos não aprenderam.

Se para os mais velhos a situação no Mato do Tição melhorou por causa das políticas públicas que contemplam a pensão de um salário mínimo para os que têm mais de 65 anos, os jovens podem terminar o segundo grau em uma escola do Estado, com ônibus que vai buscá-los na porta da casa, o que não deixa de ser um avanço para quem, no passado, não tinha nada. Por outro lado, não existe nenhuma política pública que dê possibilidade a esses jovens de fazerem um curso técnico ou uma faculdade que lhes garanta um futuro melhor. Eles querem consumir, querem ter um celular, calçar um par de tênis. Sabem que isso é impossível com a condição de vida que levam na roça. Por essa razão, eles saem em busca de um futuro melhor. Essa saída deixa um vazio na comunidade, como expressa Lindomar:

Eu tinha eles no candombe. Podia bater um candombe onde fosse, eles estavam aí. Falava vamos, eles iam no candombe. Estavam nas manifestações folclórica nossa aqui. Hoje não podemos marcar mais compromisso com muita gente igual a gente podia marcar antes. Se a turma do batuque não podia ir, ia a turma do candombe. Se a do candombe não podia, ia a turma da folia, e assim por diante. Hoje não tem mais eles pra ajudar a gente. Os velhos não estão agüentando

mais andar, a viajar pra outra cidade, os mais novos estão saindo porque aqui não tem fonte de renda. Não entra dinheiro.

Tive a oportunidade de conversar com dois jovens do Mato do Tição que estão trabalhando fora. Um trabalha na construção civil e outro em uma fábrica de materiais de construção. Ambos disseram que o principal desejo era conseguir o primeiro emprego. Estavam felizes porque, pela primeira vez, tiveram suas carteiras assinadas. Ganhavam melhor e, com esse dinheiro, podiam dar uma qualidade de vida mais digna para os seus pais, que continuam vivendo no povoado. Todos diziam amar muito a comunidade, e que o amor à terra onde nasceram aumentou muito mais depois que saíram. Olhando-o de fora, descobriram a riqueza cultural que tem o quilombo. Um comentou que, quando mais jovem, tinha vergonha de assumir a sua cultura. Ele foi tomar consciência de que eram diferentes e que tinham valores quando começou a perceber que um velho tio seu era muito procurado por estudantes universitário e professores para falar do candombe e de outras manifestações culturais da comunidade. Quando esse velho candombeiro faleceu, jornais da região publicaram uma nota: “Morreu um grande candombeiro”. Até fora do Brasil a morte do tio foi comentada, pois pesquisadores de outros países já tinham estado lá. Esse episódio ajudou a aumentar a auto-estima desse jovem e certamente de outros do quilombo. O que ele viu o tio fazer, em algum momento de sua vida, vai repetir, mesmo que seja enriquecido de elementos novos. A cultura é dinâmica; ela não morre, mas se transforma. Por essa razão, não creio que a tradição cultural do Mato do Tição esteja morrendo. Ela está passando por uma fase de adaptação aos tempos atuais. Certamente coisas novas surgirão a partir daí. Uma das novidades é a consciência hoje de que a comunidade é remanescente de quilombos.

5 De agricultores a quilombolas: nova identidade

São inúmeras as comunidades negras rurais e urbanas em todo o Brasil. Em várias cidades de maior ou menor porte, existem muitos bairros tradicionais formados por uma população de maioria negra. Alguns desses bairros são centenários, como é o caso do Dom Bosco, em Juiz de Fora-MG, que data do tempo da escravidão. É um alto de morro, na época, afastado da área urbana, e onde viviam os negros forros. Hoje, com o crescimento da cidade, esse lugar se encontra em uma área nobre e privilegiada. Noventa por cento de sua população são negros. E, no entanto, pelo que se sabe, até os dias de hoje, ninguém reivindicou a categoria de remanescentes de quilombos. Conheço muitas outras comunidades nos estados

de Minas Gerais e Rio de Janeiro que têm as mesmas características. A população desses bairros é vista pelos de fora como sendo diferente, apesar de viver como todos: trabalham, estudam, casam-se, têm filhos, nascem e morrem. O que difere historicamente esses bairros dos demais é o abandono com relação a outros lugares. A maioria dos bairros negros é pobre e carente de urbanização, serviços de saneamento básico e de saúde pública, transporte, educação e com moradias precárias. Em muitas capitais, soma-se também o alto índice de violência devido à falta de emprego e de outra oportunidade para os jovens.

Essas populações estavam ali, mas não eram visíveis em termos de direitos. Aliás, nem sabiam que tinham direitos, só deveres, apesar dos trabalhos de conscientização do movimento negro e da promoção da auto-estima. Quando se esbarra, porém, na questão da terra, nota-se que isso ainda é um problema em muitas comunidades. Foi preciso esperar até 1988 para que o governo reconhecesse que, no Brasil, havia vários grupos sociais e étnicos, os quais necessitavam de um tratamento diferenciado. É como nos lembra Arruti (2003, p. 1):

A produção de novos sujeitos políticos etnicamente diferenciados pelo termo ‘quilombola’ tem início depois de ampla tomada de conhecimento dos novos direitos instituídos pelo artigo 68 (Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios / Constituição de 1988), que *reconhece* (‘é reconhecida’) aos ‘remanescentes das comunidades de quilombo’ a ‘propriedade definitiva das terras que estejam ocupando’, assim como a obrigação do Estado em ‘emitir-lhes os títulos respectivos’. (grifo do autor)

Nesse artigo 68, está a origem da provocação que levou a comunidade do Mato do Tição a passar da identidade agrícola a outra quilombola. Antes os moradores da comunidade viviam como em outra qualquer, com as suas festas, celebrações, alegrias e dificuldades. Sabiam que eram diferentes porque eram tratados pelos seus vizinhos com apatia. Já estavam acostumados a isso e até achavam que vida de negro era assim mesmo. A escravidão já havia passado, eram “livres”, mas continuavam sendo tratados como cativos. Desde os tempos antigos, todos trabalham como agricultores, cultivando milho, feijão, arroz, cana, café, frutas, legumes. Também cuidam do gado dos fazendeiros da região, para quem eles prestam serviço. Antes, comiam o que produziam. Como não havia dinheiro, praticavam o sistema de troca. Mas, com o tempo, eles já não possuíam mais a terra para plantar, mesmo como meeiros. É o que nos narra o presidente da Associação de Quilombolas do Mato do Tição, Lindomar João dos Santos:

Desde os meus antepassados antigos, todos eram agricultores familiar. Todo mundo produzia e comia o que plantava. Meava com os fazendeiros porque já não tinha mais terra suficiente para o plantio e não girava dinheiro. Não tinha esse negócio de comercialização. Então nós éramos agricultores. Depois que foi passando o tempo, dos

anos 80 pra cá, os fazendeiros começaram a não dar mais terras pra gente plantar. Nós fomos perdendo, perdendo as terras até pra plantar de meeiros, de terceiro, de quarta ou de quinta que seja. Então essa trajetória me trouxe muita preocupação porque eu mesmo vivi muito da agricultura. Ajudando ao meu pai. Meu pai criou 9 filhos com mais 2 que ele criou dos outros. Foram 11 filhos na lavoura. Ele comia aquilo que produzia. Hoje, nós temos que comprar, tem essa comercialização com esse negócio de dinheiro. Antes de dos anos 80, nós não conhecíamos dinheiro. Daí pra cá é que viemos a conhecer.

A fala do presidente da Associação nos traça um histórico percorrido pelos trabalhadores da comunidade, que tiveram sempre uma identidade de agricultores. Homens e mulheres ligados a terra, dependendo dela em tudo. Era daí que lhes vinha o sustento. Sua organização política e sua memória têm como referencial o território transitado por eles durante décadas. Arrancar a terra dessas pessoas é o mesmo que tirar delas a vida. A identidade de agricultor é inseparável do acesso a terra e aos frutos que ela produz. No Mato do Tição, essa era uma auto-atribuição. Mas como a identidade é relacional e dinâmica (BARTH, 1997), era também uma atribuição vinda de fora. Eles eram vistos pelos seus vizinhos, fazendeiros e habitantes da cidade como negros roceiros, agricultores, homens e mulheres da terra ou batedores de pastos. As identidades políticas dos grupos sociais não são estáticas, podem ser modificadas ou alteradas de acordo com as tendências políticas de um determinado país, que podem favorecer determinados grupos sociais até então marginalizados. É como nos lembra Livio Sansone (2004, p. 12):

[...] As fronteiras e os mercados étnicos não são imutáveis no tempo e no espaço e, em algumas circunstâncias, a despeito de muitas provas de discriminação racial, as pessoas preferem mobilizar outras identidades sociais que lhes parecem mais compensadoras. Se a identidade étnica não é entendida como essencial, é preciso concebê-la como um processo, afetado pela história e pelas circunstâncias contemporâneas e tanto pela dinâmica local quanto pela global. A identidade étnica pode ser considerada como um recurso cujo poder depende do contexto nacional ou regional. Ela é, portanto, uma história sem fim.

É o caso do artigo 68, que cria a figura jurídica das chamadas comunidades de remanescentes de quilombos. Porém essa figura política já existia, e agora passa a ser reconhecida no âmbito jurídico. Digo já existia porque só o fato de grupos negros viverem perseguidos durante décadas, guardando seus territórios, já revela que eram politicamente organizados. É como nos recorda Ilka Leite (2002, p. 338), ao falar da trajetória de resistência dos grupos sociais negros no Brasil:

Inicia-se a longa etapa de construção de identidade destes grupos, seja pela formalização da diferenciação étnico-cultural no âmbito

local, regional e nacional, seja pela consolidação de um tipo específico de segregação social e residencial dos negros, chegando até os dias atuais.

Como já foi apresentado acima, a comunidade do Mato do Tição é centenária e já passou por muitas crises e conflito na sua história, desde os seus fundadores até os dias de hoje. Nos últimos anos, porém, o que mais impactou a comunidade foi o seu reconhecer-se quilombola. Esse auto-reconhecimento foi um processo que envolveu muitos atores sociais de fora e de dentro da comunidade. Foi um processo exógeno, algo que veio de fora, como tem acontecido em muitas outras comunidades negras rurais e urbanas. Segundo os comentários que se ouvem na comunidade, eles tomaram conhecimento de que eram remanescentes de quilombos por um médico muito caridoso, que atendia no hospital de Jaboticatubas e passou a visitar a comunidade. Ele se chamava Dr. Walney. Foi o primeiro médico na história a preocupar-se com os negros da comunidade. Antes os negros tinham que ir até o Centro para uma consulta ao médico. Muitas vezes, nem conseguiam. Esse médico tomou a decisão de visitar com frequência a comunidade e atendia as pessoas na capela, porque não havia (como não há até hoje) um posto médico no lugar. Foi ele quem falou: “Vocês são quilombolas”. É como expressa o presidente da Associação:

Esse doutor que veio começou a olha pra nós, cuidar de nós, começou a ensinar muitas coisas pra nós que nós não conhecia. Deve ser porque ele estudou muito e viu alguma coisa de diferente em nós. Começou a falar dos preconceitos que realmente havia na cidade contra nós.

Hoje, em frente à casa da matriarca da comunidade, Dona Divina de Siqueira, existe uma placa de madeira onde se lê “Quilombo Mato do Tição”. Essa placa está localizada no ponto central, onde acontecem as festas, as fogueiras e as danças. Segundo os moradores do povoado, esse médico foi retirado da cidade porque estava freqüentando o povoado. Como narra Lindomar:

Esse médico foi muito bom pra nós. Então o povo lá da cidade arrumou um jeito de tirar ele daqui. Todo mundo que queria fazer alguma coisa pela nossa comunidade era aconselhado a sair. Pode perguntar pro Edmilson... Lá na cidade, ele viu o preconceito contra nós aqui. Disseram pra ele: se fosse você não freqüentava essa negrada. Quando ele veio aqui não tinha luz, não tinha nada. E hoje mudou muito.

Outros sujeitos políticos externos que entraram em cena e contribuíram para despertar, nos anos 80, a identidade quilombola dessa comunidade foram os professores de literatura da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora): Edmilson Pereira e Núbia Pereira Magalhães (já falecida). Eles pesquisaram, em muitas comunidades negras do Estado de

Minas Gerais, a religiosidade popular, especialmente as orações de cura. Sobre o Mato do Tição, eles escreveram um livro que se chama “Mundo encaixado: significação da cultura popular”. Durante a pesquisa, eles interagiram com a comunidade e foram mediadores entre esse grupo e entidades como o Movimento Negro, ONGs, etc.:

Aí, Edmilson Pereira e Núbia Pereira Magalhães estiveram aqui para fazer um estudo em 1986. Eles foram explicando pra nós, explicando... foi onde nós começamos a entrar em contato com o movimento negro através deles. Foi através desses movimentos que a comunidade ficou conhecida. Núbia e Edmilson escreveram sobre o Mato do Tição. Através deles, eu viajei bastante pra outras comunidades, outros povos diferentes (Lindomar João dos Santos).

E, por fim, aparecem como mediadores externos os membros da Fundação Palmares, que também visitaram o quilombo. Eles faziam um levantamento sobre comunidades negras rurais. Disseram que eles eram afro-descendentes e que tinham o direito de lutar pelo território no qual viviam. Convidaram alguns membros da comunidade para participarem da Marcha Zumbi em 2000, em Brasília. Foi um momento decisivo para que a identidade de remanescentes de quilombos se firmasse no Mato do Tição:

Fui em 2000. Participei da Marcha Zumbi... De 2000 pra cá, comecei com essa cabeça, vendo cada caso pior que o outro, mas todo mundo no mesmo barco. Falei: é disso que meu povo tá precisando. E voltei com uma nova cabeça pra lutar pelo meu povo. Onde me chama pra participar de reunião de movimento negro, tô indo. Quero saber mais. Eu não sabia que negros têm direitos. Pra mim, antigamente, pensava que negros só tinham deveres. Hoje eu tento passar pro meu povo o que eu tenho aprendido. (Lindomar João dos Santos)

Em 2004, foi criada a Associação Quilombola Mato do Tição. Lindomar tornou-se o seu primeiro presidente. Foi reeleito para mais um mandato. Ele diz que agora já tem uma pessoa no grupo preparada para ocupar o seu cargo e dar continuidade aos trabalhos em prol do quilombo. A construção da identidade quilombola é um processo que envolve vários atores políticos e sociais que fazem a mediação entre a comunidade e as esferas públicas. A fala de Lindomar é rica em experiências adquiridas com os de fora, seja por meio de pessoas que visitaram a vila ou por viagens que alguns moradores fizeram. Ele aprendeu que os negros têm direitos. Hoje, no Mato do Tição, todos os negros sabem que têm direitos. Essa consciência é também um processo. Se eles pararem de interagir com as organizações não governamentais ou governamentais que apóiam as comunidades tradicionais, vão retroceder.

Os habitantes do Mato do Tição não deixaram de ser agricultores, pois muitos deles trabalham nas fazendas da região, quando não plantam no fundo do próprio quintal. A

essa identidade, porém, eles agregaram uma nova, que é a de remanescentes de quilombo. Uma identidade não exclui a outra. É possível ser agricultor e quilombola ao mesmo tempo. Os mais jovens, no entanto, por estarem em outro tempo, identificam-se mais com o contexto quilombola. Os mais velhos, por terem vivido mais intensamente o tempo da lavoura, e, no atual, a novidade do ser quilombola, convivem mais facilmente com as duas identidades.

Como conclusão, gostaria de dizer que o meu objetivo, neste artigo, foi apresentar, a partir da história do Mato do Tição, como se deu o processo da autoconsciência de ser quilombola. Deixei que os meus interlocutores falassem, para que eles mesmos, por suas experiências, pudessem contar a sua trajetória. Não quis, com isso, esgotar o debate. Essa reflexão é apenas parte de uma pesquisa etnográfica que estou desenvolvendo nessa comunidade.

Bibliografia

- ANDRADE, Maristela de Paula. De pretos, negros, quilombos e quilombolas: notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos. In: *Boletim Rede Amazônia: dinâmicas de ocupação e exploração – efeitos e respostas socioculturais*, Rio de Janeiro; Belém, a. 2, n. 1, 2003.
- ARRUTI, José Maurício P. A. O quilombo conceitual: para uma sociologia do “artigo 68”. In: *Texto para discussão: Projeto Egbé – Territórios Negros* (Koinonia), 2003.
- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BÉRGSON, H. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BERNARDO, Terezinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1998.
- BOSI, A. O tempo e os tempos. In: NOVAES, A. (org). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GAGNEBIN, J. M. *Verdade e memória do passado*. São Paulo: EDUC, 1998. (Projeto História: Trabalho da Memória, 17).
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Mundo encaixado: significação da cultura popular*. Juiz de Fora: Mazza, 1992.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares: Minas Gerais do século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 139-163.
- JOSÉ, Oílham. *Negro na economia mineira*. s.l.: s.n., 1993.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. v. IV (2). Florianópolis: Etnográfica, 2002, p. 333-354.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: USP, 1981.

- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Prefácio. In: BIZAWU, Sébastien Kiwonghi. *O Conselho de Segurança da ONU e os conflitos nos Grandes Lagos*. Barueri: Minha Editora, 2008. p. XIII-XVI.
- MOURA, Glória. A força dos tambores: a festa nos quilombos contemporâneos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Letícia Vidor de Sousa (orgs.). *Negras imagens*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 55-79.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, 1998.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-215.
- _____. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- QUEIROZ, Renato S. *Caipiras e negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. São Paulo: FFLCH – USP, 1983.
- RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 164-192.
- REIS, João Jose; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROMEIRO, Adriana. Festa religiosa. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna (org.). *Dicionário histórico de Minas Gerais: Período Colonial*. Belo Horizonte: Autentica, 2003.
- ROSA, Maria Cristina (org.). *Festa, lazer e cultura*. Campinas: Papyrus, 2002.
- SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador; Rio de Janeiro: Edufba; Pallas, 2003.
- SILVA, Djalma Antonio da. *O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano*. 2005. 432 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História: ética e a história oral*. São Paulo: Educ, abr. 1997 (Projeto História, 15). p. 57.